



Estratégia
Concursos

1º SIMULADO

TJRJ

ANALISTA JUDICIÁRIO
SEM ESPECIALIDADE

Simulado Especial

1º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-07-03>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**TEXTO I**

Terminar um relacionamento ou não corresponder ao amor de alguém fez com que milhares de mulheres tivessem suas vidas ceifadas nos últimos anos. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2016 e 2018 foram mais de 3,2 mil mortes no país. Além disso, estimativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indica que, no mesmo período, mais de 3 mil casos de feminicídio não foram notificados.

O crime é um assassinato qualificado, incluído no Código Penal em 2015, que trouxe mais segurança jurídica para as mulheres e familiares ao tipificar com penas mais severas quem comete feminicídio. Mesmo assim, o número de mortes desse tipo aumenta a cada ano.

"O feminicídio é um tipo de crime doloso, aquele em que há intenção de matar. É o assassinato de uma mulher em razão de gênero, da condição do sexo feminino. O autor do fato, geralmente, é pessoa próxima à vítima, não necessariamente tem uma relação amorosa, mas quer demonstrar uma superioridade em relação à mulher", explica o advogado criminalista David Metzker, sócio da Metzker Advocacia.

O Anuário Brasileiro mostra que, no ano seguinte à tipificação do crime no Código Penal, houve o registro 929 feminicídios no país. Nos dois anos seguintes, em 2017 e 2018, foram 1.075 e 1.206 casos, respectivamente. A tendência é também de crescimento em 2019, ano não incluído na análise. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, até agosto de 2019, 2.357 mulheres foram assassinadas com dolo (não necessariamente por feminicídio). No Distrito Federal, 33 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2019.

Metzker explica que o assassino somente responderá pelo crime de feminicídio após o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público. "Depois que iniciarem as investigações e elas apontem indícios de feminicídio, o delegado conclui se houve essa prática. Mas quem trará a certeza insofismável é o Judiciário, ao confirmar através de sentença", assinala. O crime é punível com 12 a 30 anos de reclusão e a pena pode ser aumentada em até 50%, caso o crime seja praticado quando a mulher estiver grávida ou até três meses após o parto, na presença da família da vítima ou contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência.

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/01/interna-brasil,817587/em-tres-anos-3-200-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-no-brasil.shtml>

01. De acordo com o texto, o feminicídio é

- a) o homicídio violento de vítimas do sexo feminino
- b) a razão da maior parte das mortes registradas nos últimos anos
- c) tipo de homicídio doloso ou culposo em razão do sexo

- d) o homicídio motivado por vingança após término de relacionamento
- e) o assassinato de vítima do sexo feminino em razão de ser mulher

02. Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) o homicídio de mulheres não era crime até 2015
- b) em 2016, registraram-se 929 feminicídios no Brasil
- c) em 2019, 2.357 mulheres foram vítimas de feminicídio
- d) o estado gravídico da vítima pode atenuar a pena
- e) o Distrito Federal registrou a maior média de feminicídios

03. Verifica-se a ocorrência de linguagem figurada em:

- a) mais de 3 mil casos de feminicídio não foram notificados. (1º parágrafo)
- b) O crime é punível com 12 a 30 anos de reclusão (5º parágrafo)
- c) 2.357 mulheres foram assassinadas com dolo (4º parágrafo)
- d) milhares de mulheres tivessem suas vidas ceifadas (1º parágrafo)
- e) O crime é um assassinato qualificado (2º parágrafo)

04. Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte período do texto I: "*Metzker explica que o assassino somente responderá pelo crime de feminicídio após o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público.*"

Assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que preserva o sentido original e a correção gramatical do texto.

- a) O assassino só responderá pelo crime de feminicídio após o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público, esclarece Metzker.
- b) Metzker esclareceu que só o assassino responderá pelo crime de feminicídio após o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público.
- c) Explica Metzker, que o assassino responderá unicamente pelo crime de feminicídio na sequência do indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público
- d) O suspeito responderá somente, pelo crime de feminicídio após, o indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público, segundo Metzker.
- e) O assassino só responderá por homicídios depois do indiciamento ou denúncia por parte do Ministério Público, esclarece Metzker.

05. No último parágrafo, o vocábulo “insofismável” foi empregado com sentido de
- irrecorrível
 - irrefutável
 - indisponível
 - infungível
 - falaciosa
06. que trouxe mais segurança jurídica para as mulheres e familiares (2º parágrafo)
- O sujeito da forma verbal destacada e classificado como
- indeterminado
 - oculto
 - simples
 - apassivador
 - composto
07. A oração “ao tipificar com penas mais severas” (2º parágrafo) indica no texto uma ideia de
- causa
 - consequência
 - tempo
 - conformidade
 - finalidade
08. Manteria a correção gramatical e o sentido original do texto a supressão da vírgula
- após “Mesmo assim” (2º parágrafo)
 - após “Anuário Brasileiro de Segurança Pública” (1º parágrafo)
 - antes de “geralmente” (3º parágrafo)
 - antes de “sócio da Metzker Advocacia” (3º parágrafo)
 - após “2015” (2º parágrafo)
09. Assinale a alternativa abaixo que traz a mesma função sintática que o termo sublinhado em “o número de mortes desse tipo aumenta a cada ano” (2º parágrafo)
- houve o registro 929 feminicídios no país
 - Mas quem trará a certeza insofismável é o Judiciário
 - o delegado conclui se houve essa prática
 - A tendência é também de crescimento em 2019
 - aquele em que há intenção de matar

10. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto I, a forma verbal em “houve o registro 929 feminicídios no país” (4º parágrafo) poderia ser substituída por

- existe
- teve
- ocorreu
- tiveram
- existem

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

11. De acordo com a Lei Municipal nº 6.956/2015, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (LODERJ), as Comarcas são de Entrância Comum e de Entrância Especial, esta constituída das Comarcas da Capital, e de:
- Belford Roxo, de Cabo Frio, de Campos dos Goytacazes, de Duque de Caxias, de Niterói, de Nova Friburgo, de Nova Iguaçu-Mesquita, de Petrópolis, de São João de Meriti, de São Gonçalo, de Teresópolis e de Volta Redonda
 - Belford Roxo, de Cabo Frio, de Campos dos Goytacazes, de Duque de Caxias, de Itaboraí, de Macaé, de Maricá, de Niterói, de Nova Friburgo, de Nova Iguaçu-Mesquita, de Petrópolis, de São João de Meriti e de São Gonçalo.
 - Belford Roxo, de Cabo Frio, de Campos dos Goytacazes, de Duque de Caxias, de Itaboraí, de Macaé, de Maricá, de Niterói, de Petrópolis, de São João de Meriti, de São Gonçalo, de Teresópolis e de Volta Redonda
 - Belford Roxo, de Cabo Frio, de Itaboraí, de Macaé, de Maricá, de Niterói, de Nova Friburgo, de Nova Iguaçu-Mesquita, de Petrópolis, de São João de Meriti, de São Gonçalo, de Teresópolis e de Volta Redonda
 - Belford Roxo, de Cabo Frio, de Campos dos Goytacazes, de Duque de Caxias, de Itaboraí, de Macaé, de Maricá, de Niterói, de Nova Friburgo, de Nova Iguaçu-Mesquita, de Petrópolis, de São João de Meriti, de São Gonçalo, de Teresópolis e de Volta Redonda.

12. No que concerne ao Órgão Especial, conforme a LODERJ, assinale a opção correta:

- a) O Órgão Especial do Tribunal de Justiça atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de 25 desembargadores, sendo 12 vagas preenchidas por antiguidade e 13 por eleição.
- b) Na composição do Órgão Especial serão adotados os seguintes critérios: nas 12 vagas a serem preenchidas por antiguidade, 04 serão destinadas a desembargadores oriundos do quinto constitucional, sendo uma vaga para cada classe e a quarta preenchida de forma alternada.
- c) A eleição para o Órgão Especial será realizada na forma prevista pelo Regimento Interno.
- d) O Desembargador em exercício simultâneo no Órgão Especial e em Câmara terá, nesta, a distribuição reduzida em 2/5.
- e) Se houver vacância na parte eleita do Órgão Especial, será realizada eleição no prazo de 15 dias, devendo os eleitos completar o período de mandato dos seus respectivos antecessores.

13. De acordo com a Lei n.º 4.620/2005, que dispõe sobre a Reestruturação dos Cargos do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, os requisitos de escolaridade para ingresso nas carreiras do Quadro Único, atendidas, quando for o caso, formação especializada e experiência profissional definidas em Regulamento e especificadas nos editais de concurso, são os seguintes:

- a) para a carreira de Analista Judiciário, o nível superior completo; para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, o nível médio completo; para o cargo de Analista Judiciário na especialidade de cumprimento de mandados (Oficial de Justiça Avaliador), o nível superior completo em Direito.
- b) para a carreira de Analista Judiciário, o nível superior completo; para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, o nível médio completo ou curso técnico equivalente; para o cargo de Analista Judiciário na especialidade de cumprimento de mandados (Oficial de Justiça Avaliador), o nível superior completo em Direito ou equivalente.
- c) para a carreira de Analista Judiciário, o nível superior completo; para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, o nível médio completo ou curso técnico equivalente; para o cargo de Analista Judiciário na especialidade de cumprimento de mandados (Oficial de Justiça Avaliador), o nível superior completo em Direito.
- d) para a carreira de Analista Judiciário, o nível superior completo em Administração; para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, o nível

médio completo ou curso técnico equivalente; para o cargo de Analista Judiciário na especialidade de cumprimento de mandados (Oficial de Justiça Avaliador), o nível superior completo em Direito.

- e) para a carreira de Analista Judiciário, o nível superior completo; para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, o curso técnico equivalente; para o cargo de Analista Judiciário na especialidade de cumprimento de mandados (Oficial de Justiça Avaliador), o nível superior completo em Direito.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

14. De acordo com as disposições do Decreto-Lei nº 220/1975, que dispõe sobre o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que serão concedidas licenças ao servidor:

- a) para tratamento de saúde, sem vencimento e vantagens, pelo prazo máximo de vinte e quatro meses.
- b) por motivo de doença em pessoa da família, com vencimento e vantagens integrais nos primeiros doze meses, improrrogáveis, ainda que com redução do vencimento;
- c) à gestante, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de seis meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por no mínimo trinta e no máximo noventa dias, mediante a apresentação de laudo médico circunstanciado;
- d) com vencimento, para desempenho de mandato eletivo.
- e) com vencimentos proporcionais, para trato de interesses particulares.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

15. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A isenção de custas judiciais concedida pela Lei nº 3.350/99 à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, aos Territórios Federais e as respectivas autarquias, se estende às fundações instituídas pelo poder público, por equiparação às autarquias, desde que assim prevejam em seus respectivos estatutos.
- b) Os valores de receitas vertidas ao Fundo Especial do TJRJ (FETJ) não constituem matéria sigilosa, podendo ser informados mediante certidão requerida pelo interessado.
- c) A isenção de custas e emolumentos, prevista no Estatuto da criança e Adolescente (art. 141, §2º Lei nº 8.069/90), alcança, inclusive, demandas alheias à tutela específica do bem-estar de crianças e adolescentes.
- d) O FETJ somente conhecerá de pedido de ressarcimento de valores recolhidos pela parte se for instruído com a GRERJ com todas as vias ou seu número, se for eletrônica, acompanhada de certidão do respectivo cartório, atestando que as custas judiciais ou a taxa judiciária objeto da solicitação foram recolhidos com erro, no todo ou em parte.
- e) A taxa judiciária é devida no momento da propositura da ação e incide sobre o valor do pedido.

16. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) na carta precatória originária de outro Estado, existindo vários autores, será cobrada uma taxa judiciária para cada qual.
- b) nos pedidos autônomos de alvará, objetivando o levantamento de saldo em conta bancária da titularidade de correntista falecido, prescindem de exame questões relativas ao lançamento, ao pagamento e a quitação de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio, bem como, em consequência, das multas deles decorrentes.
- c) Caso o pedido seja meramente estimativo ou genérico, ou se houver litigante ao abrigo da gratuidade de justiça, a taxa será posteriormente complementada ou recolhida após o trânsito em julgado da sentença ou acórdão, incidindo sobre o

valor da condenação e cobrando-se da parte sucumbente a diferença ou o recolhimento integral, conforme o caso.

- d) O valor da multa aplicada por litigância de má-fé constitui, em regra, receita do FETJ.
- e) A pena de deserção, aplicada pelo juízo à parte que não recolhe as custas pertinentes ao recurso, é ato jurisdicional, daí não competir ao FETJ qualquer manifestação administrativa.

17. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O deferimento de desentranhamento de GRERJ (guia de Recolhimento eletrônico do TJRJ) enseja o direito à devolução pretendida.
- b) O equivocado recolhimento de custas e taxa judiciária, realizado em moldes distintos das determinações do Aviso TJ 84/2009, somente será restituído pelo Fundo Especial do Tribunal de Justiça com a prévia comprovação do correto recolhimento, nos moldes do art. 2º, III, do Ato Normativo TJ nº 22/2009.
- c) No ofício de devolução das cartas precatórias oriundas de processos falimentares ou expedidas ex officio, o Juízo deprecado informará ao Juízo deprecante os valores devidos ao FETJ, para oportuno recolhimento por meio de GRERJ.
- d) As custas são devidas pela prática dos atos processuais devendo ser

Cobradas de acordo com a natureza do processo e o rito processual que lhe corresponder, independentemente de os atos se cumprirem de forma concentrada (uma só diligência) ou individualizada.

- e) As custas pertinentes aos atos de interdições e tutelas serão cobradas de acordo com a competência do Juízo, ensejando, em ambas as hipóteses, o recolhimento de taxa judiciária mínima.

18. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Juízo competente poderá negar homologação a acordo em que as partes disponham de modo a lesar o Fundo Especial do Tribunal de Justiça, como no caso de, sendo uma delas beneficiária da gratuidade, estabelecerem que o pagamento de taxa judiciária, custas e demais despesas do processo sejam encargo daquela que goza do benefício.
- b) Não há amparo legal para que as receitas do FETJ venham a custear despesas processuais, por solicitação de autoridade judiciária
- c) O requerimento de isenção do pagamento de custas processuais, decorrente de certidão de débito expedida por serventia judicial, por tratar de matéria jurisdicional, deverá ser encaminhado ao Juízo de origem, não comportando apreciação no âmbito das atribuições do Fundo Especial. Após a inscrição do débito em Dívida Ativa, o requerimento em tela deverá ser indeferido e as manifestações do devedor deverão ser exclusivamente analisadas em sede executiva fiscal.
- d) Na separação e no divórcio consensual, em que as partes acordarem sobre a partilha ou optarem pelo estabelecimento de um condomínio no patrimônio comum no momento da dissolução da sociedade conjugal, não incide a taxa judiciária relativa a inventário.
- e) Cabe ao cliente o recolhimento das custas do processo de execução de seu advogado.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

19. A Lei nº 13.146/2015 define que compete ao Poder Público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida. Sobre o direito à vida, pode-se afirmar que:

- a) A pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- b) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é dispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.
- c) Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, a sua participação para obtenção de consentimento é dispensável.
- d) A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela

nunca deve ser realizada, em respeito à sua dignidade e integridade física.

- e) Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

20. Assinale a alternativa que estabelece corretamente as características de moral.

- a) A moral resulta do conjunto de leis, costumes e tradições de uma sociedade e é subordinada a ética comportamental definida em regras constitucionais.
- b) Entende-se por moral, um conjunto de regras consideradas válidas para uma maioria absoluta, que valem-se dela para impor conduta ética aos demais cidadãos.
- c) A moral é mutável e varia de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade. Ela norteia os valores éticos na Administração Pública.
- d) A moral é mais flexível do que a lei, por variar de indivíduo para indivíduo, e afeta diretamente a prestação dos serviços públicos por criar condições para uma ética flexível no atendimento às necessidades básicas da população.
- e) A ética confunde-se com a moral como um dos parâmetros para a avaliação do grau de desenvolvimento de determinada sociedade e, conseqüente, padronização da prestação dos serviços públicos comunitários.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. A respeito da organização da administração, julgue os itens a seguir.

- I. A descentralização é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.
- II. Na descentralização por outorga, um contrato é firmado para a transferência da competência de execução dos serviços, por conta e risco do delegatário, mediante fiscalização estatal.
- III. O controle finalístico é exercido pela administração direta sobre a indireta, objetivando garantir que a entidade administrativa esteja realizando adequadamente as atividades para a qual se destinam, em típica relação hierárquica.
- IV. A nomeação dos dirigentes das autarquias vinculadas ao Poder Executivo cabe ao respectivo chefe deste Poder, mas o ordenamento jurídico poderá exigir que o nome indicado passe pela aprovação do Poder Legislativo, antes de sua nomeação.

Está correto o que se afirma apenas no(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II, III e IV.

22. Os atos administrativos podem ser corretamente classificados como atos

- a) inexistentes, quando possuem apenas aparência de manifestação de vontade da administração, mas que não constituem a vontade do Estado ou de seus representantes.
- b) válidos, mesmo que praticados sem a observância de todos os requisitos legais, relativos aos seus elementos, devido à presunção de legitimidade.
- c) nulos, ainda que apresentem defeitos sanáveis, passíveis de convalidação.
- d) anuláveis, que são aqueles que possuem vícios sanáveis ou insanáveis, esses últimos não passíveis de convalidação.
- e) vinculados, quando a lei determinar mais de um comportamento possível a ser escolhido pelo administrador segundo seus critérios de conveniência ou oportunidade.

23. A Lei nº 9.784/1999, que rege o processo administrativo em âmbito federal, dispõe corretamente que

- a) o administrado tem o dever de ser assistido por advogado, pois sempre é obrigatória a representação, por força de lei.
- b) o requerimento inicial do processo administrativo não necessita da identificação do interessado ou de quem o represente.
- c) a decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, se a situação fática assim permitir.
- d) nos casos em que não houver competência específica prevista em lei, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- e) a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior é permitida, desde que seja temporária, excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados.

24. Os agentes públicos são, segundo a doutrina, as pessoas físicas incumbidas do exercício de alguma função estatal. Sobre a disciplina dos agentes públicos no direito administrativo brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) os membros dos tribunais de contas são considerados agentes políticos para efeitos da não incidência da súmula vinculante nº 13, que veda o nepotismo na administração pública.
- b) os servidores públicos, em sentido estrito, ocupam cargos estatutários ou cargos celetistas, a depender da natureza jurídica da entidade em que trabalham, se pública ou privada.
- c) os empregados públicos firmam seu vínculo com a administração através da lei, com regras predominantemente públicas, mescladas com normas de direito privado.
- d) os magistrados se enquadram no conceito de agentes políticos, que são aqueles que exercem funções atribuídas constitucionalmente, com liberdade funcional e prerrogativas próprias.
- e) os agentes honoríficos, que prestam serviço por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, formam um vínculo temporário com a administração.

25. Acerca da Lei nº 8.666/1993, que estabelece normas gerais sobre licitação, podemos afirmar que

- a) atualmente, suas disposições aplicam-se integralmente às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- b) o pregão é a modalidade licitatória utilizada para as compras de bens e contratação de serviços comuns, mas não pode ser utilizado pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem dispor de procedimento próprio para esse tipo de contratação.
- c) as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da administração pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, sem exceção.
- d) a proposta mais vantajosa nem sempre será a de menor preço, existindo situações em que algumas propostas, ainda que com valores mais elevados do que outras, serão mais vantajosas para a administração.
- e) na licitação, é vedado o estabelecimento de tratamento diferenciado, inclusive no que diz respeito à margem de preferência.

26. Em relação à responsabilidade civil estatal, é correto afirmar que o Estado responde pelos atos de tabeliões que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, na modalidade

- a) objetiva e integral, ou seja, não subsistindo responsabilidade em regresso ao agente delegado.
- b) primária, porém subsidiária, quando o agente não possuir meios de arcar com a indenização.
- c) objetiva, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, inclusive respondendo por improbidade administrativa no caso de omissão deste dever.
- d) secundária e solidária, respondendo juntamente com o agente em qualquer caso.
- e) primária, subjetiva e subsidiária, dependente, em todos os casos, da comprovação de dolo ou culpa na conduta do tabelião.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. Determinado grupo de pessoas decidiu constituir um novo partido político, com a finalidade de promover ideias ligadas à contenção da violência e à defesa das parcelas menos favorecidas da sociedade. Dois dias depois de sua criação e a quatro meses das eleições gerais, em meio à crise de violência que atingiu o Estado do Rio de Janeiro, foi noticiado na imprensa que o então Governador havia ordenado uma série de procedimentos de segurança, considerados abusivos pela população. Diante dessa situação, o partido recém-criado decide impetrar mandado de segurança coletivo contra a medida adotada pelo governo estadual. Pode-se afirmar que, à luz do que determina a CF/88:

- a) O partido apenas poderia ter ingressado com a ação, perante o STJ, caso já tivesse conseguido eleger ao menos um deputado estadual no pleito anterior.
- b) O partido, recém-criado e, portanto, sem nenhum parlamentar federal eleito pela legenda, não poderia ter impetrado o mandado de segurança coletivo.
- c) O partido apenas poderia ter-se valido da via do mandado de segurança caso tivesse sido expressamente autorizado por seus filiados e, ainda assim, desde que visando à defesa dos interesses destes, e não de terceiros abrangidos pela causa partidária.
- d) O partido, uma vez regularmente registrado perante os órgãos competentes há pelo menos um ano, poderia ter promovido a ação popular, no lugar do mandado de segurança, uma vez que estão em jogo direitos pertencentes à coletividade.
- e) A Constituição Federal determina que mandados de segurança contra Governadores sejam julgados pelo Tribunal de Justiça respectivo, desde que demonstrada a correspondência temática entre o objeto da ação e a finalidade partidária.

28. Verisley, vereador do município X, atua como relator em uma CPI, criada com a finalidade de investigar empresas e autoridades estaduais envolvidas em um grande escândalo de corrupção. Durante entrevista de rádio para um programa de análises políticas, Verisley dispara uma série de críticas à provável participação de um secretário estadual no fato que constitui objeto de apuração da comissão. Assim, a autoridade, julgando ofensivas as palavras proferidas pelo parlamentar, decide processá-lo criminalmente perante o Tribunal de Justiça local. Conforme o que determina a CF/88 e a jurisprudência, pode-se afirmar que:

- a) Aos vereadores foi estendida a imunidade material relativa aos parlamentares federais, porém tal prerrogativa restringe-se ao ambiente da Câmara Municipal, razão pela qual a ação proposta pelo secretário é perfeitamente cabível.
- b) A CPI não possui autorização para investigar o secretário, que poderá, assim como Verisley, ajuizar habeas corpus preventivo perante o Tribunal de Justiça local, por expressa determinação constitucional.
- c) Verisley, na qualidade de representante do Poder Legislativo, possui imunidade processual, razão que justifica a impetração do habeas corpus, perante o STJ, em face da decisão do Tribunal de Justiça.
- d) O Tribunal de Justiça será competente para o julgamento da ação movida pelo secretário caso haja disposição expressa, nesse sentido, na Constituição do Estado.
- e) Seria o Superior Tribunal de Justiça o órgão competente para o julgamento da ação ajuizada pelo secretário, em virtude de foro privilegiado a este atribuído, por simetria, ao chefe do Poder Executivo municipal.

29. Suponha que um grupo de amigas tenha solicitado, à autoridade administrativa local, a reserva de um local público para ali se estabelecerem permanentemente, objetivando à realização de encontros frequentes e destinados a debates e protestos em favor de direitos das mulheres. Conforme o que preleciona a doutrina e a atual Constituição, é correto dizer que:

- a) Restará descaracterizado o exercício do direito de reunião, o qual pressupõe o agrupamento temporário de pessoas.
- b) É irrelevante o caráter de permanência ou não das reuniões pretendidas, que, assim como as associações, independem de autorização por parte do Poder Público para que possam se estabelecer.
- c) Trata-se de direito coletivo que, cumprida a exigência de pluralidade de participantes, não pode sofrer quaisquer restrições por parte da Administração.

- d) A autorização apenas é exigida no que diz respeito ao local escolhido para a reunião, mas não em relação ao momento em que se pretenda realizá-la.
- e) Obtida a devida autorização por parte da Administração pública, cada uma das participantes da reunião estará legitimada a atuar em defesa das demais, em âmbito judicial.

30. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro enviou proposta de lei à Assembleia Legislativa, contendo previsão de férias coletivas de 15 dias para os servidores do órgão, além da permissão genérica para que os juízes substitutos venham a residir em Comarca distinta daquela em que exerçam suas funções. De acordo com o que estabelece a Constituição, a referida lei, se aprovada:

- a) Será válida, uma vez que a lei de organização judiciária é de iniciativa de cada Tribunal de Justiça, o qual poderá dispor acerca do funcionamento de seus órgãos.
- b) Será constitucional no ponto em que estabelece a possibilidade de residir em Comarcas diferentes, para os juízes substitutos, uma vez que estes são constantemente deslocados para outros pontos do território para substituir juízes titulares.
- c) Padecerá de vício de iniciativa, já que a lei tratando dos temas mencionados deve ser proposta pelo governador do Estado.
- d) Será inconstitucional tanto no que diz respeito às férias coletivas, que deverão ser de, no mínimo, 30 dias, quanto em relação à permissão para residir em Comarcas distintas, que fere o princípio da inamovibilidade.
- e) Será inconstitucional, já que são vedadas férias coletivas no órgão, e os juízes, ainda que substitutos, salvo autorização do Tribunal, deverão residir na respectiva Comarca.

31. Simplício, servidor do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após tomar posse no cargo de Analista Judiciário, recebeu solicitação para preenchimento de formulário contendo seus dados bancários, para fins de cadastro no sistema de pagamento de salários e desconto automático da contribuição confederativa, cobrada do sindicato da categoria. Simplício, indignado, imediatamente dirigiu-se ao departamento de RH, quando deveria ter recebido a seguinte informação, por parte do responsável:

- a) Em respeito ao princípio da legalidade, a contribuição confederativa apenas poderia ser exigida caso Simplício tenha decidido se filiar ao sindicato mencionado.
- b) A contribuição confederativa é devida, independentemente do consentimento de Simplício, uma vez que se encontra prevista em lei.
- c) A contribuição confederativa é devida, uma vez que eventuais ações judiciais promovidas pelo sindicato, sem a expressa anuência da categoria representada, poderá beneficiá-lo, ainda que indiretamente.
- d) A cobrança da contribuição é indevida, já que é vedada, ao servidor público, a sindicalização.
- e) A contribuição confederativa apenas será devida caso tenha sido editada lei regulamentando o direito de associação, garantido por meio de norma de eficácia limitada aos servidores públicos.

32. A Constituição Federal traz diversas regras relacionadas aos órgãos incumbidos da função fiscalizatória no Estado brasileiro. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira a esse respeito:

- a) A Constituição proíbe que sejam criados novos Tribunais de Contas Municipais e que, ao longo do período estabelecido em Lei Complementar Federal, os atualmente existentes deverão ser extintos.
- b) Os Tribunais de Contas estaduais são compostos de nove Conselheiros, já que deve ser observado, por simetria, o modelo estabelecido para o TCU.
- c) Os Ministros do TCU terão as mesmas garantias dos Ministros do STJ, enquanto que os Conselheiros de Contas Estaduais possuirão as mesmas vantagens dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça.
- d) Os Estados não poderão criar órgãos com competência específica para a verificação das contas municipais, devendo essa tarefa ser desempenhada pelo próprio Tribunal de Contas do Estado.
- e) Cabe às Cortes de Contas a verificação e o julgamento das contas de todos os administradores públicos, de qualquer Poder.

DIREITO CIVIL

33. A Lei C, promulgada em 02/03/2020, segunda-feira, foi publicada no Diário Oficial em 05/03/2020, quinta-feira. Dispõe seu último artigo que a lei entraria em vigor em 10 dias. A respeito da situação, assinale a alternativa correta:

- a) Caso praticado um ato no dia 14/03/2020, se aplicaria a Lei C à solução do caso concreto.
- b) Publicada correção da Lei C no dia 13/03/2020, vigeria ela apenas em 23/03/2020.
- c) A Lei C, ao revogar a Lei B, dá nova vigência à Lei A, automaticamente.
- d) A Lei C entra em vigor em 12/03/2020.
- e) A Lei C entra em vigor em 16/03/2020.

34. Cessar, para os menores, a incapacidade:

- a) pela concessão dos pais, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) pelo exercício de emprego público efetivo, desde que, em função dele, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- c) pela colação de grau em curso de ensino médio tecnológico.
- d) pelo casamento, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- e) pela existência de relação de emprego, desde que o menor tenha dezesseis anos completos.

35. Sobre os contratos, assinale a alternativa correta:

- a) Pode ser dada fiança verbal, desde que presentes testemunhas aptas a comprovar o pacto.
- b) Não é possível se estabelecer fiança sem o consentimento do devedor, porque ele é parte do contrato.
- c) A fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e ter condições menos onerosas.
- d) Se o fiador se tornar incapaz de modo transitório, não poderá o credor exigir que seja substituído.
- e) O fiador não tem direito a exigir que sejam primeiro executados os bens do devedor, dado que a fiança estabelece obrigação solidária, por expressa disposição legal.

36. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á, exceto:

- a) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) por não estar vencido o prazo.
- c) por protesto cambial.
- d) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.
- e) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

37. Ricardo Carolina Vale, em visita a familiares em São João Del-Rei, interior de Minas Gerais, descobre que seu inexperiente primo, Renan Viviane Araújo, gastou uma alta soma de dinheiro para adquirir uma caixa de fósforos de um conhecido, Ricardo Rotação Torques. Intrigado com a situação,

- a) que configura caso de lesão, nada poderá fazer Ricardo Carolina Vale, mas a anulação pode ser evitada se Renan concordar com a redução do proveito
- b) que configura erro, nada poderá fazer Ricardo Carolina Vale, mas haverá convalidação do negócio se ultrapassado o prazo prescricional de quatro anos sem que Renan reclame.
- c) que configura caso de lesão, poderá Ricardo Carolina Vale pleitear pela declaração de nulidade do ato, já que as nulidades podem ser arguidas até mesmo de ofício pelo juiz.
- d) que configura dolo, poderá tanto Ricardo Carolina Vale quanto Renan pleitear pela declaração de nulidade do ato, já que as nulidades por ser arguidas por qualquer interessado, incluindo o Ministério Público.
- e) que configura erro, nada poderá fazer Ricardo Carolina Vale, mas tal erro não prejudicará a validade do negócio se Ricardo Rotação Torques, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real de Renan.

38. Uma torneira de bronze, com o logotipo do Estratégia Concursos folheado a ouro, é, respectivamente, quando ainda aguardado seu emprego em uma pia não instalada, quando estiver numa casa inteira sendo transportada para outro local, quando tiver sido provisoriamente retirada para reparos, e, quando estiver jogada numa caçamba de entulhos,

- a) móvel, móvel, móvel, móvel.
- b) móvel, imóvel, imóvel, móvel.
- c) móvel, móvel, móvel, móvel.
- d) móvel, móvel, imóvel, imóvel.
- e) móvel, imóvel, móvel, imóvel.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39. Um dos desdobramentos do Princípio da Isonomia é a previsão do julgamento de processos em ordem cronológica de conclusão. Em vista do disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente disponível para consulta pública em cartório. Os Tribunais não estão obrigados a manter a lista na rede mundial de computadores até que todo o acervo processual seja digital.
- d) Após a inclusão do processo na lista, eventual requerimento formulado pela parte alterará a ordem cronológica para a decisão.
- e) Após a inclusão do processo na lista, eventual requerimento formulado pela parte não alterará a ordem cronológica para a decisão, ainda quando implicar a reabertura da instrução ou a conversão do julgamento em diligência.

40. A cooperação jurídica internacional, em regra, será regida por tratado de que o Brasil faz parte. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) Na ausência de tratado, não há que se falar em cooperação jurídica internacional.
- b) A homologação de sentença estrangeira exige reciprocidade manifestada por via diplomática.
- c) Na cooperação jurídica internacional não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.
- d) O Superior Tribunal de Justiça, conforme disposição constitucional, exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.
- e) A cooperação jurídica internacional não poderá ter medidas extrajudiciais como objeto.

41. O auxílio direto aplica-se quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de deliberação no Brasil. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) A autoridade central brasileira comunicar-se-á diretamente com suas congêneres e, obrigatoriamente, com outros órgãos estrangeiros responsáveis pela tramitação e pela execução de pedidos de cooperação enviados e recebidos pelo Estado brasileiro, respeitadas disposições específicas constantes de tratado.
- b) No caso de auxílio direto para a prática de atos que, segundo a lei brasileira, não necessitem de prestação jurisdicional, a autoridade central adotará as providências necessárias para seu cumprimento.
- c) Recebido o pedido de auxílio direto passivo, a autoridade central o encaminhará ao Ministério Público da União, que requererá em juízo a medida solicitada.
- d) Compete ao Ministério Público requerer em juízo a medida solicitada.
- e) Compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

42. A assistência é a intervenção de terceiros pela qual o assistente ingressa voluntariamente em processo pendente com o objetivo de atuar em favor de uma das partes e se beneficiar dos efeitos reflexos da eventual decisão favorável ao assistido. Acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- a) A assistência está restrita ao procedimento comum e ao primeiro grau de jurisdição.
- b) A parte contrária terá o prazo de 30 dias para impugnar a petição de ingresso do assistente.
- c) Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz suspenderá o processo e decidirá o incidente.
- d) É possível assistência em razão de interesse econômico, moral ou de qualquer outra natureza.
- e) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido. Sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissivo o assistido, o assistente será considerado seu substituto processual.

43. A execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial forma um novo processo autônomo, ao contrário do cumprimento de sentença que inaugura uma nova fase processual. Sobre os títulos executivos extrajudiciais e sua execução:

- a) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: a sentença penal condenatória transitada em julgado, a sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo STJ.
- b) os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para que sejam executados.
- c) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: o crédito de contribuições condominiais ordinárias e extraordinárias, assim como a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados.
- d) ao propor a execução do título executivo extrajudicial, o exequente deverá instruir a petição inicial com o título, o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, sendo presumida a prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo.
- e) Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 20%, a serem pagos pelo executado. Este percentual será reduzido pela metade caso o executado efetue o pagamento integral no prazo de 3 dias.

44. O Código de Processo Civil de 2015 apresentou aos operadores do direito a necessidade da observância dos precedentes judiciais. Nesse sentido, é incorreto afirmar que os juízes e tribunais observarão:

- a) as decisões do Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- b) os enunciados de súmulas, ainda que não vinculantes, sobre qualquer tema.
- c) os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos.
- d) os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.
- e) a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

DIREITO PENAL

45. Acerca das disposições relativas à ilicitude e à culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Aquele que praticar conduta delituosa em situação de embriaguez voluntária deverá ser responsabilizado criminalmente pelo fato, conforme teoria da *actio libera in causa*.
- b) O consentimento do ofendido é considerado causa legal de exclusão da ilicitude
- c) A legítima defesa é cabível para repelir ataque espontâneo de animal
- d) A paixão e a emoção, como regra, não excluem a imputabilidade penal, exceto nos casos expressamente previstos em lei
- e) É isento de pena aquele que pratica o fato em situação de embriaguez acidental, ainda que incompleta

46. Acerca do concurso de pessoas e da extinção da punibilidade, julgue os itens seguintes e assinale a alternativa correta:

- a) O CP adotou, no que tange ao concurso de agentes, a teoria monista, sem exceções
- b) A reincidência influencia no cálculo da prescrição da pretensão punitiva
- c) A participação de menor importância gera redução de pena de um sexto a um terço
- d) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 03 anos quando a multa for a única cominada ou aplicada; quando a multa for cumulativamente aplicada com a pena privativa de liberdade, prescreverá no mesmo prazo previsto para a prescrição da pena privativa de liberdade.
- e) A cooperação dolosamente distinta não tem previsão legal expressa no Código Penal

47. Flávio, servidor público ocupante de cargo em comissão no TJRJ, apropriou-se de um aparelho celular avaliado em R\$ 700,00, e que estava em sua posse em razão do cargo exercido no Tribunal. O bem, pertencente a Maria, havia sido objeto de busca e apreensão em determinado processo criminal no qual esta figurava como ré.

Nesse caso, é correto afirmar que Flávio:

- a) não praticou crime funcional, eis que não se tratava de bem público
- b) não praticou crime funcional, eis que não pode ser considerado funcionário público para fins penais, já que ocupa mero cargo em comissão

c) praticou crime de peculato, devendo sua pena ser aumentada em um terço, por ser ocupante de cargo em comissão na administração direta

d) praticou crime de peculato, sem qualquer majoração

e) não praticou crime, pelo princípio da insignificância

48. Sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a alternativa INCORRETA:

a) o crime de falso testemunho, apesar de ser crime de mão-própria, admite concurso de agentes

b) o crime de exercício arbitrário das próprias razões, quando praticado sem violência, é crime de ação penal privada

c) é isento de pena quem pratica o crime de favorecimento pessoal em favor de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão

d) a permanência do estrangeiro expulso no território nacional, dele se recusando a sair, é conduta que caracteriza o crime de reingresso de estrangeiro expulso, em sua forma equiparada

e) o crime de denúncia caluniosa também se configura se a imputação falsa é relativa a fato definido como contravenção penal

49. Durante um evento realizado em Pequim (China), um cidadão brasileiro agrediu um cidadão chinês com socos e pontapés, após uma discussão entre ambos, já que o preconceituoso brasileiro não gostou quando o chinês espirrou próximo ao brasileiro e sua família. Em razão da agressão, a vítima sofreu lesão corporal grave.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da personalidade passiva

b) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da personalidade ativa

c) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio do domicílio

d) Será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da Justiça universal

e) Não será aplicável a lei penal brasileira

50. Sobre os crimes contra a fé pública e contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) É atípica a conduta de atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial com vistas a esconder seus maus antecedentes, por se tratar de exercício legítimo da autodefesa
- b) O testamento particular é equiparado a documento público para fins penais
- c) A falsificação material de cartão de crédito configura crime de falsificação de documento público
- d) Os crimes de corrupção passiva e ativa são bilaterais, de forma que só haverá corrupção passiva se houver corrupção ativa, e vice-versa.
- e) O crime de advocacia administrativa é crime próprio, só podendo ser praticado pelo funcionário público devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Sobre o inquérito policial, a competência e a ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) O arquivamento do inquérito policial pela autoridade judiciária, após requerimento do MP, com fundamento na atipicidade do fato, faz coisa julgada material, conforme entendimento do STF.
- b) Compete à Justiça Federal processar e julgar contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- c) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar Prefeito pela prática de crime comum, ainda que de competência da Justiça Federal.
- d) A omissão involuntária de um dos infratores na queixa-crime configura renúncia
- e) A ação penal privada subsidiária da pública deve ser ajuizada no prazo decadencial de 06 meses, a contar da ciência da autoria

52. No que tange aos sujeitos do processo e às citações e intimações, assinale a alternativa correta:

- a) A condução coercitiva do réu é permitida, ainda que para fim exclusivo de interrogatório, conforme entendimento do STF
- b) O corréu poderá, no mesmo processo, atuar como assistente de acusação
- c) Não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação do Juízo perante o qual tramita o processo

d) Não é nula a citação por edital que indica apenas o dispositivo da lei penal violado, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia

e) A citação será feita por carta de ordem quando tiver de ser realizada em embaixadas e consulados estrangeiros

53. Sobre o tema de provas, assinale a alternativa correta:

- a) O exame de corpo de delito é indispensável nos crimes que deixam vestígios, não podendo ser suprido pela confissão do acusado
- b) O silêncio, conquanto seja direito do réu e não constitua confissão, poderá ser interpretado em prejuízo da defesa
- c) Os ascendentes do acusado são proibidos de depor
- d) Desde as modificações realizadas pela Lei 13.964/19, o interrogatório por videoconferência passou a ser a regra no processo penal brasileiro
- e) Na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito será realizado por um perito não oficial, preferencialmente portador de diploma de curso superior.

54. Acerca da fiança e da liberdade provisória, julgue os itens seguintes e assinale a alternativa correta:

- a) A fiança somente poderá ser concedida pela autoridade policial quando se tratar de infração de menor potencial ofensivo
- b) No crime de tráfico ilícito de entorpecentes, somente a autoridade judiciária poderá conceder fiança
- c) A prática de nova infração penal dolosa gera a cassação da fiança, com perda de metade do valor pago pelo afofado
- d) No caso de ter sido o fato praticado sob o amparo de excludente de ilicitude, a autoridade policial poderá conceder liberdade provisória sem fiança
- e) A inafiançabilidade de determinada infração penal não impede a concessão de liberdade provisória sem fiança

55. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de estupro. Ao oferecer denúncia, o MP requereu a decretação da prisão preventiva de José, para a conveniência da instrução criminal. O Juízo recebeu a denúncia, mas indeferiu o pedido de decretação da prisão preventiva.

Caso pretenda impugnar a decisão, o MP deverá:

- impetrar mandado de segurança, pois não há recurso cabível para impugnar tal decisão
- interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, sendo cabível juízo de retratação pelo magistrado prolator da decisão
- interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 15 dias, sendo cabível juízo de retratação pelo magistrado prolator da decisão
- interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, não havendo possibilidade de juízo de retratação pelo magistrado prolator da decisão
- interpor apelação, no prazo de 05 dias, não havendo possibilidade de juízo de retratação pelo magistrado prolator da decisão

56. Analise as assertivas a seguir:

I – José praticou crime de lesão corporal grave (pena: reclusão de 01 a 05 anos); nesse caso, não será cabível a suspensão condicional do processo nem a transação penal.

II – Eduardo praticou crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa); nesse caso, será cabível a suspensão condicional do processo, mas não a transação penal.

III – Fernando praticou crime de dano simples (pena: detenção, de um a seis meses, ou multa); nesse caso, serão cabíveis a suspensão condicional do processo e a transação penal.

Nesse caso, está correto o que se afirma em:

- I
- I e III
- III
- II e III
- I e II

LEGISLAÇÃO

57. Acerca da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ e dos conceitos correlatos às suas atividades, nos termos da CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assinale a alternativa que contém o conceito CORRETO, dado pela norma.

- Memorando - instrumento que estabelece a comunicação externa entre os agentes da Administração, podendo conter solicitações, recomendações ou informações.
- Ofício - instrumento que estabelece comunicação exclusivamente externa, com agentes que não integram a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, podendo conter solicitações, recomendações ou informações
- Certidão - instrumento pelo qual a administração afirma a existência de fatos ou de situações que constam de assentamentos públicos, bem como emite juízos de valor relativos a esses fatos.
- Declaração - instrumento de afirmação da existência de uma situação ou de um fato, segundo a constatação do agente declarante que consta de qualquer livro, pastas ou documentos em poder da Instituição.
- Atestado - instrumento destinado à comprovação, mediante valoração do agente, de situação ou de fato transeunte concernente à Administração, mas que não consta de qualquer livro, pastas ou documentos em poder da Instituição.

58. O Juiz encarregado da correição verificará, no âmbito dos serviços judiciais que lhe foram designados e de acordo com a finalidade para a qual foi instaurada, se:

- consta a prática de erro ou abuso que deva ser emendado, corrigido, evitado ou punido, no interesse e na defesa do réu.
- estão sendo cumpridos os atos normativos expedidos pelos órgãos da administração penitenciária superior.
- a serventia é mantida em perfeitas condições de conservação, limpeza e higiene, com os procedimentos, livros e demais documentos devidamente classificados e guardados;
- são recolhidas diretamente no balcão de atendimento as custas e emolumentos.
- são cumpridas as ordens administrativas.

59. São normas de procedimento básico nas correições extraordinárias, EXCETO:

- a) lavratura de atas e termos de todos os atos praticados.
- b) designação de outro juiz, pelo Juiz Responsável pela correição, para secretariar os trabalhos.
- c) publicação pelo DJERJ e comunicação por ofício aos órgãos locais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, por ocasião da instauração da correição, para que apresentem reclamação, notícia de irregularidades ou sugestão.
- d) elaboração de relatório minucioso e conclusivo da correição, apresentando sugestões, devidamente assinado pelo Juiz Presidente e demais membros da comissão, com as respectivas identificações, endereçado ao Corregedor-Geral da Justiça.
- e) no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá ser encaminhada cópia do relatório mencionado no inciso anterior ao Juiz de Direito e ao Escrivão Chefe de Serventia, facultando a estes manifestarem-se sobre o mesmo, no prazo de 05 (cinco) dias.

60. Acerca do horário de trabalho, nos termos da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro, é CORRETO afirmar que

- a) Regra geral, as serventias judiciais funcionarão em todo o Estado, para atendimento ao público, das 10h às 18h.
- b) As Varas da Infância e da Juventude funcionarão, para atendimento ao público, no horário das 08h às 18h, com duas horas a mais de expediente interno, a critério do Juiz, atendidas as peculiaridades locais, com anuência da Corregedoria Geral da Justiça.
- c) Os Juizados Especiais e Adjuntos funcionarão, para atendimento ao público, no horário das 10h às 18h.
- d) Os Comissários de Justiça, psicólogos e assistentes sociais, não poderão ter sua escala definida pela autoridade judiciária, devendo ser obedecido o horário da regra geral.
- e) Nos casos em que o Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso, Psicólogos e Assistentes Sociais, sem a chancela do juiz, exercerem sua atividade em dias em que não haja expediente forense, deverá ser aberto espaço no livro de ponto, referente àquela data, para assinatura do servidor, que deverá colocar o horário de início e final da atividade, conforme constante no relatório apresentado ao Juízo.

QUESTÃO DISCURSIVA

Em seu art. 5.º, inciso LIV, a Constituição Federal de 1988 assevera que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. O princípio do devido processo legal é uma das garantias mais amplas do direito constitucional, além de ser uma premissa essencial nas relações de caráter processual. É, portanto, um princípio intrínseco às atividades dos cargos de analista judiciário, como o processamento de feitos e a função de apoio em julgamentos.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, disserte sobre o princípio do devido processo legal. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos, conforme a Constituição Federal de 1988, a doutrina e o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

- 1 as garantias processuais dos indivíduos no Estado democrático de direito, apresentando, pelo menos, quatro prerrogativas constitucionais que se relacionam com o devido processo legal; [valor: 24,00 pontos]
- 2 a aplicação do princípio do devido processo legal aos estrangeiros; [valor: 6,00 ponto]
- 3 a aplicação da teoria dos frutos da árvore envenenada no contexto do devido processo legal. [valor: 8,00 pontos]



Estratégia

Concursos

Obs.: *Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe). Busca por Correção de Redação - Simulado PCDF no sítio eletrônico do Estratégia Concursos.*

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

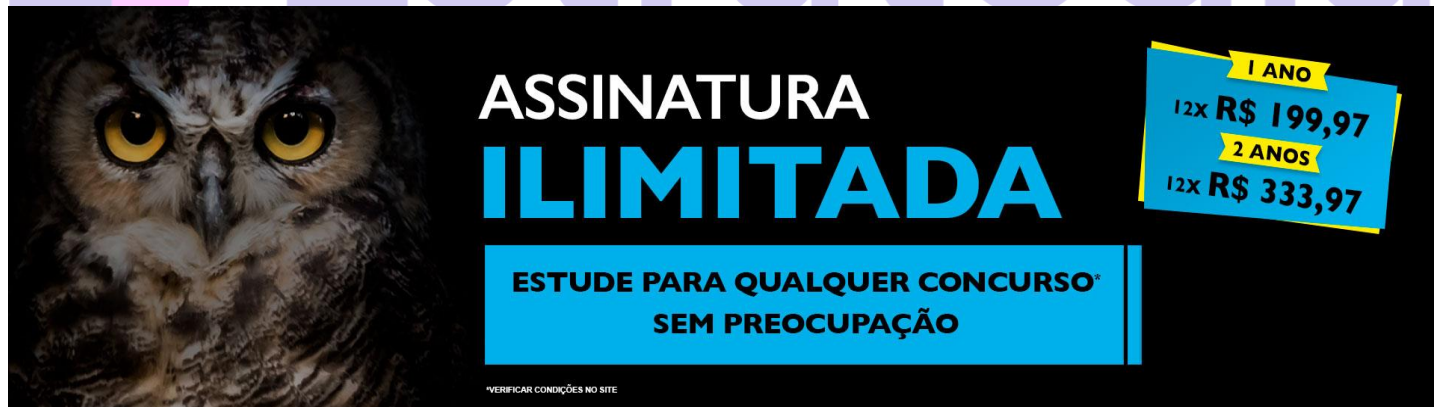
Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-07-03>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

 **Estratégia**



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE